

L-270

ECONOMIA POLITICA

25

1

PAUL M. SWEETZ

Teoria do Desenvolvimento Capitalista

Princípios de Economia Política Marxista

Tradução de
WALTENSIR DUTTA

quarta edição

AVULA 8

10/05

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I

O Método de Marx

A discussão da metodologia na Economia, como em outros assuntos, costuma ser cansativa e não-compensadora. Evitá-la, porém, é correr o risco de um desentendimento sério. Por isso, neste capítulo tentaremos, da mais breve forma possível, apresentar os principais elementos da interpretação de Marx à Economia. No caso de Marx, é um ponto dos mais importantes, pois muitas de suas contribuições novas e mais significativas são precisamente de caráter metodológico. Lukacs, um dos mais penitantes marxistas contemporâneos, chegou mesmo a afirmar que “a ortodoxia em questões de marxismo se relaciona exclusivamente com o método”.⁵

1. O Uso da Abstração

Do ponto de vista formal, a metodologia econômica de Marx pode parecer surpreendentemente semelhante à de seus predecessores clássicos e à de seus sucessores neoclássicos. Ele era forte partidário do método abstrato-dedutivo, tão característico da escola ricardiana. “Na análise das formas econômicas”, escreveu no Prefácio de *O Capital*, “nem microscópios nem reagentes químicos têm utilidade. A força da abstração deve substituir ambos.” Além disso, Marx acreditava e praticava o que os teóricos modernos chamam de método de “aproximações sucessivas”, e que consiste em passar do mais abstrato para o mais concreto,

⁵ Lukacs, Georg, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, Der Malik-Verlag, Berlin, 1923, p. 13.

em fases sucessivas, afastando suposições simplificadoras nos sucessivos estágios da investigação, de modo que a teoria possa explicar e levar em conta um número de fenômenos cada vez maior.

Quando examinamos melhor a questão, porém, encontramos diferenças surpreendentes entre Marx e os representantes da tradição clássica e neoclássica. O princípio da abstração é em si impotente para proporcionar o conhecimento; tudo dependendo da forma de sua aplicação. Em outras palavras, é preciso decidir o que se deve abstrair de que, e o que não se deve. Surgem, então, pelo menos duas questões. Primeiro, que problema está sendo investigado? E, segundo, quais os elementos essenciais desse problema? Se tivermos de responder a essas duas perguntas, saberemos com certeza o que podemos abstrair ou não, dentro desses limites, enquadrar nossas suposições num critério de conveniência e simplicidade. Ora, não precisamos ir além da primeira pergunta para nos convencermos de que os economistas nem sempre estiveram de acordo nos seus objetivos. Os problemas que vários economistas bem conhecidos se propuseram investigar podem ser mencionados: "a natureza e causas da riqueza das nações" (Adam Smith); "as leis que regulam a distribuição do produto da terra" (Ricardo); "a ação do homem na vida comercial comum" (Marshall); "o preço e suas causas e corolários" (Davenport); "o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos" (Robbins). Há sem dúvida pontos de contato, mas é pouco provável que duas dessas afirmações possam ser consideradas idênticas. Segue-se daí que não há dois pesquisadores que tratem seu material — inclusive o modo de aplicar o recurso da abstração — exatamente do mesmo modo. Um deles pode abstrair-se de uma diferença que outro tenta explicar, e cada um deles pode encontrar justificativa pelo ponto de vista do problema que examina. O estudante do marxismo deve ter sempre presente tal fato, pois o objetivo de Marx — "desnudar a lei econômica do movimento da sociedade moderna" — é radicalmente diferente do propósito das escolas de pensamento não-marxistas.

Mesmo depois de determinada a tarefa do pesquisador, não dispõe ele de uma fórmula soberana para guiar-lhe os passos.

⁶ Prefácio do Autor à primeira edição de *O Capital*, I, p. 14.

Como Hegel observou acertadamente na Introdução de sua *Filosofia da História*: no "processo de compreensão científica, é importante que o essencial seja distinguido e posto em contraste com o chamado não-essencial. Mas para que isso seja possível, devemos saber o que é essencial..."⁷ Colocar o essencial em relevo e tornar possível sua análise: essa a tarefa específica da abstração. Mas onde começar? Como distinguir o essencial do não-essencial? A metodologia pode formular tais perguntas, mas infelizmente não lhes pode proporcionar respostas sob medida. Se assim fosse, o "processo da compreensão científica" seria muito mais uma questão de rotina do que na realidade é. Na prática, é necessário formular hipóteses sobre o que é essencial, desenvolver-las e confrontar as conclusões com os dados proporcionados pela experiência. Para compreender a realização de um determinado cientista devemos, portanto, tentar identificar suas hipóteses-chaves, a origem delas e o desenvolvimento de suas implicações. Não será necessário dizer que essa tarefa nem sempre é fácil, mas no caso de Marx sabemos o bastante sobre sua evolução intelectual para tentar.

Quando estudante universitário, Marx concentrou-se na Jurisprudência e na Filosofia, planejando ingressar no magistério. Suas inclinações "radicais" — embora na época não fosse nem socialista — impediram-no de conquistar uma cátedra, e em 1842 aceitou a direção do recém-fundado *Rheinische Zeitung*. Foi como tal que pela primeira vez entrou em contato prático com problemas sociais e com as novas idéias sociais, particularmente as socialistas e comunistas que flutiam da França em grandes quantidades, nos anos de 1830 e 1840. Numa polémica com o *Augsburger Zeitung*, Marx viu-se um pouco embaraçado ao descobrir que não sabia o que pensar do socialismo. Resolveu, pois, estudar seriamente o assunto na primeira oportunidade, pois estava convencido de que valia a pena. A oportunidade não tardou muito; poucos meses depois o *Rheinische Zeitung* era fechado pelas autoridades, e Marx viu-se desocupado. Imediatamente mergulhou no estudo intensivo do socialismo e comunismo, da história da França e da Economia Política inglesa. Foi durante os anos que se seguiram, passados principalmente em Paris e Bruxelas, que rompeu com

⁷ HEGEL, G. W. F., *A Filosofia da História*, citado pela tradução americana de J. Shree, publicada pela Cooperative Publication Society, Nova York, 1900, p. 65.

seu passado filosófico e amadureceu o ponto de vista em que se baseariam seus trabalhos posteriores sobre Economia. Em suma, sua interpretação da Economia estava formulada e determinada muito antes que ele se decidisse a fazer de seu estudo a principal ocupação de sua vida.

No justamente famoso prefácio à *Crítica da Economia Política* vamos encontrar uma referência de Marx ao seu desenvolvimento intelectual durante aqueles anos cruciais. Embora muitos leitores conheçam tal prefácio, talvez não seja inútil reproduzir aqui um trecho dele. (Os grifos são nossos.)

Fui levado por meus estudos (escreveu ele) à conclusão de que as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não poderiam ser compreendidas em si, nem explicadas pelo progresso geral do espírito humano, mas que se baseavam nas condições materiais de vida, resumidas por Hegel, segundo o costume inglês e francês do século XVIII, sob o nome de "sociedade civil"; a *anatomia dessa sociedade civil deve ser procurada na Economia Política*. O estudo desta, que iniciiei em Paris, continuei em Bruxelas... A conclusão geral a que cheguei e que, *uma vez atingida, continuou a servir como fio condutor de meus estudos*, pode ser assim resumida: na produção social realizada pelos homens, estes entram em relações definidas que são independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a uma fase definida do desenvolvimento de sua capacidade material de produção. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade — a verdadeira base sobre a qual se elevam as superestruturas jurídica e política, e à qual correspondem formas definidas de consciência social. O modo de produção na vida material determina o caráter geral dos processos de vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que determina sua existência, mas, pelo contrário, é sua existência social que determina sua consciência. Em certa fase de seu desenvolvimento, as forças materiais de produção na sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes ou — o que é apenas uma expressão jurídica da mesma coisa — com as relações de produtividade dentro das quais haviam operado antes. De formas de desenvolvimento das forças de produção, essas relações se transformam em suas cadeias. Vem então o período da revolução social. Com a modificação da base econômica, toda a imensa superestrutura se transforma mais ou menos rapidamente.

Depreende-se daí que o interesse primordial de Marx era a sociedade como um todo e, mais especialmente, o processo de modificação social. A Economia Política — a "anatomia" da sociedade — é importante não só em si mesma, mas porque é nessa esfera que se encontra o ímpeto da modificação social. Devemos

acentuar, já que o contrário tem sido afirmado com tanta frequência, que Marx não procurava reduzir tudo a termos econômicos. Tentava, antes, descobrir as verdadeiras inter-relações entre os fatores econômicos e não-econômicos na totalidade da existência social.

Tendo chegado à conclusão de que a chave da transformação social está nos movimentos do modo de produção, Marx limitou-se com efeito a um estudo exaustivo da Economia Política do ponto de vista das leis que governam as modificações no modo de produção. "Desnudar a lei econômica do movimento da sociedade moderna" tornou-se o objetivo científico a que dedicou o resto de sua vida.

Como, dentro desse objetivo, seria possível reconhecer os aspectos essenciais do problema? Marx conservou — porque pareciam destacar-se, sob penetrantes estudos da realidade do desenvolvimento histórico — os elementos do pensamento de Hegel que davam importância ao processo e desenvolvimento através do conflito de forças opostas contraditórias. Ao contrário de Hegel, porém, atribuiu aos conflitos históricos decisivos raízes no modo de produção; ou seja, descobriu que eles eram o que chamava de conflitos de classes. Assim, o *Manifesto Comunista* (1847), após uma nota introdutória, começa: "A história de toda a sociedade que até hoje existiu é a história da luta de classes". As forças econômicas atuantes se manifestam em conflitos de classes sob o capitalismo, bem como sob as formas anteriores da sociedade. Segue-se que as relações econômicas essenciais são as que sublinham e se expressam na forma de conflitos de classes. São esses os elementos essenciais que devem ser isolados e analisados pelo método da abstração.

Mesmo essa hipótese, entretanto, pode levar a procedimentos divergentes. Os economistas clássicos também se interessavam muito pelas raízes econômicas dos conflitos de classes — num certo sentido, isso representa exatamente o que "a distribuição do produto da terra" significava para Ricardo — mas o antagonismo social que atraiu sua atenção, tanto intelectual como emocional, era o conflito entre os capitalistas industriais e os senhores de terras. Conseqüentemente, davam grande importância, por vezes predominante, à terra e à renda derivada de sua propriedade. Realmente, sem um conhecimento da "verdadeira doutrina

da renda", afirmava Ricardo, "é impossível compreender o efeito do progresso da riqueza sobre os lucros e salários, ou estabelecer satisfatoriamente a influência dos impostos sobre as diferentes classes da comunidade..."⁸ Marx reconheceu a tendência de dar maior importância à terra e renda, mas considerou-a errônea. "Nada parece mais natural", escreveu ele, "do que começar com a renda, com a propriedade da terra, pois a ela está ligada a fonte de toda produção e toda existência, a primeira forma de produção em todas as comunidades mais ou menos permanentes, ou seja, a agricultura".⁹ Não obstante, acrescentou imediatamente, "nada poderia ser mais errôneo". Sua razão para adotar tal atitude explica seu procedimento posterior. Na sociedade capitalista,

a agricultura passa a ser, cada vez mais, apenas um ramo da indústria e é completamente dominada pelo capital... *Capital é o poder que tudo domina na sociedade burguesa*. Deve constituir o ponto de partida bem como a finalidade, e deve ser desenvolvido antes da propriedade da terra...

Seria portanto pouco prático e errôneo dispor as categorias econômicas na ordem em que foram os fatores determinantes no curso da história. Sua ordem de seqüência é determinada antes pela relação que mantêm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente contrária ao que parece constituir sua ordem natural ou a ordem de sua evolução histórica. O que nos interessa não é o lugar que as relações econômicas ocupam na sucessão histórica das diferentes formas da sociedade... Estamos interessados em sua ligação orgânica dentro da moderna sociedade burguesa.¹⁰

A frase grifada é de particular importância: o "capital é o poder que tudo domina na sociedade burguesa" significava para Marx, como teria significado para qualquer dos economistas clássicos, que a principal relação econômica se faz entre os capitalistas e os trabalhadores. Tal como disse em outro local, "a relação entre o trabalho assalariado e o capital determina o caráter total do modo de produção".¹¹ Antes mesmo de começar suas pesquisas para a *Crítica e O Capital*, havia expresso o mesmo

⁸ Ricardo, David, *Principles of Political Economy and Taxation*, editado por E. C. K. Gomer, G. Bell & Sons, Londres, 1929, p. 1.

⁹ *Crítica da Economia Política*. A citação é feita da inacabada "Introdução à Crítica da Economia Política", não publicada como parte da *Crítica* na edição original (1859). Foi escrita por Marx em 1857 e publicada pela primeira vez por Kautsky em 1903. Foi incluída como Apêndice na edição americana, de Charles Kerr & Co., Chicago, 1911, de onde são feitas as citações da *Crítica*.

¹⁰ *Ibid.*, pp. 303-4. O grifo é nosso.

¹¹ *O Capital*, vol. III, p. 1025 da edição americana (Charles Kerr & Co., Chicago, 1933).

juízo no *Manifesto*: "A sociedade como um todo divide-se cada vez mais em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se enfrentam — a burguesia e o proletariado". Essa relação deve constituir o centro da investigação; o poder de abstração deve ser empregado para isolá-la, para reduzi-la à sua mais pura forma, para permitir que possa ser submetida à mais penosa análise, livre de todas as perturbações que não lhe dizem respeito.

A tomada dessa posição requer um processo que compreende pelo menos dois passos perfeitamente distintos.

Primeiro, todas as relações sociais exceto as existentes entre capital e trabalho devem ser provisoriamente afastadas, para serem reintroduzidas, uma de cada vez, numa fase posterior da análise.

Segundo, a relação entre o capital e o trabalho em si mesma deve ser reduzida à sua forma ou formas mais significativas. Não se trata de uma questão quantitativa; não significa que as formas mais frequentes, ou modais, da relação devam ser escolhidas para análise. A significação, nesse contexto, é uma questão das características estruturais e tendências de toda a sociedade. Marx, como bem se sabe, selecionou as formas de relação entre o capital e o trabalho que surgem na esfera da produção industrial como as mais significativas da moderna sociedade capitalista. Os capitalistas e os trabalhadores são igualmente reduzidos a certos tipos padrões, dos quais todas as características irrelevantes para a relação sob exame são excluídas. Escreveu ele no Prefácio de *O Capital*: "Os indivíduos são tratados apenas como personificações de categorias econômicas, representações de determinadas relações de classes e interesses de classes".

Qual a natureza dessa relação entre capital e trabalho? Na forma, é uma relação de troca. O capitalista compra a capacidade de trabalho do operário, e este recebe dinheiro do capitalista, com o qual adquire as coisas necessárias para viver. Como relação de troca, é evidentemente um caso especial numa ampla classe de relações semelhantes, que têm uma forma e estrutura comuns. É claro, portanto, que o estudo da relação entre o capital e o trabalho deve começar com uma análise do fenômeno geral da troca.

Chegamos assim ao ponto de partida da Economia Política de Marx. A Parte I do primeiro volume de *O Capital*, que resume a anterior *Crítica da Economia Política*, é denominada "Mercadorias". Tudo o que se destine habitualmente à troca, e não à utilização direta, é uma mercadoria. A análise das mercadorias, portanto, envolve a análise das relações de troca e seu aspecto quantitativo (valor de troca) e inclui, além do mais, uma análise do dinheiro. Como mais adiante veremos, alguns dos resultados mais interessantes obtidos por Marx são oriundos do estudo das mercadorias.

Tendo estabelecido a base necessária com a análise das mercadorias, Marx passa à tarefa principal. *Quase todo o restante do primeiro volume de O Capital é dedicado à relação entre capital e trabalho em suas formas "isolada" e "purificada"*. Em outras palavras, o volume I começa e continua num alto nível de abstração.

É difícil para os que não estão familiarizados com o método de Marx acreditar que afirmamos isso seriamente. Mencionam a riqueza de material real e histórico que constitui uma característica do volume I. Não significa isso que Marx era, na verdade, exatamente o contrário de abstrato? Esse raciocínio não é perfeito. A finalidade legítima da abstração na Ciência Social não é jamais se afastar do mundo real, mas isolar certos aspectos dele para a investigação intensiva. Quando, portanto, dizemos que operamos num alto nível de abstração, queremos dizer que estamos tratando de um número relativamente pequeno de aspectos da realidade. Não queremos dizer que tais aspectos não sejam suscetíveis de investigação histórica e de ilustração com fatos. Um exame superficial é bastante para indicar que a grande massa de material prático colocada por Marx no volume I está diretamente ligada à relação entre o capital e o trabalho, e é de caráter ilustrativo ou histórico. Constitui, portanto, uma confirmação, e não uma contradição, da afirmação de que o volume I começa e conserva um alto nível de abstração.

A comprovação desse fato permite-nos tirar uma importante conclusão, ou seja, a de que os resultados obtidos no volume I têm um caráter provisório. Em muitos casos, embora não necessariamente em todos, sofrem modificações mais ou menos amplas num nível inferior de abstração, ou seja, quando mais aspectos

da realidade são levados em consideração.¹² Segue-se que as tendências ou leis enunciadas no volume I não devem ser interpretadas como previsões diretas do futuro. Sua validade é relativa ao nível de abstração no qual são formuladas e à proporção das modificações que deverão sofrer quando a análise for colocada num plano mais concreto. O reconhecimento desse fato teria evitado muita controvérsia estéril. Como exemplo, podemos citar a famosa "lei da crescente miséria do proletariado", que Marx chamava de "lei absoluta geral de acumulação capitalista".¹³ Os antimarxistas sustentaram sempre a falsidade dessa lei e deduziram disso que a análise marxista do capitalismo é incorreta.¹⁴ Alguns marxistas, por outro lado, ocuparam-se igualmente de demonstrar a exatidão da lei¹⁵ e com isso uma polémica, produzindo muito calor e pouca luz, perdurou por mais de meio século. Ambos os lados são culpados da mesma falta de percepção do método de Marx. A lei em questão é formulada num alto nível de abstração; o termo "absoluta" utilizado na sua classificação é empregado no sentido hegeliano de "abstrata"; a lei não constitui, em nenhum sentido, uma previsão concreta do futuro. Além do mais, nesse caso particular, Marx diz isso em linguagem perfeitamente clara, de forma que a má interpretação parece extremamente difícil de tolerar. Tendo formulado a lei, ele imediatamente acrescenta: "como todas as outras leis, esta é modificada em sua atuação por muitas circunstâncias, cuja análise não nos compete aqui". Seria impossível uma advertência mais clara para não interpretá-la como uma previsão concreta. O exame adequado dos problemas de método teria tornado esse desentendimento, juntamente com muitos outros, desnecessário.

Não precisamos examinar todo o plano de *O Capital*. Para nosso objetivo no momento, é necessário apenas mostrar que a finalidade dos volumes II e III era levar em conta fatores que haviam sido conscientemente excluídos do volume I, ou seja,

¹² Esse aspecto do método de Marx é bem examinado por Henryk Grossmann na introdução de seu livro *Dos Akkumulations und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, Leipzig, 1929.

¹³ *O Capital*, ed. cit., I, p. 707.

¹⁴ Grossmann, *op. cit.*, menciona grande número de exemplos, pp. 23 e ss.

¹⁵ Talvez o exemplo mais recente seja o folheto de Alex Bruterlmann e V. J. Jensen, *Leninism - the Only Marxism Today*, Workers Library Publishers, Nova York, 1934. Esse folheto é uma crítica do *Decline of American Capitalism*, de Lewis Corey, publicado por Covici Friede, Nova York, 1934.

levar a análise a níveis cada vez mais baixos de abstração. Ao mesmo tempo, e de certa forma paradoxalmente, os volumes II e III contém relativamente menos material prático do que o volume I, o que se explica por terem ficado inacabados. Ao compilá-los dos manuscritos de Marx, Engels encontrou grande cópia de material ilustrativo, que porém não estava "nem mesmo disposto, e muito menos formulado".¹⁶ O volume I, por outro lado, foi preparado para a impressão pelo próprio Marx, que assim pôde integrar o material real com o teórico, coisa que Engels não poderia ter feito nos volumes posteriores sem ir muito além das funções de organizador, o que ele sabiamente evitou.

Discutimos a utilização da abstração por Marx em termos gerais e não nos propomos, nesta altura, entrar em casos particulares. Será bom notar, porém, que muitas críticas à Economia de Marx são, conscientemente ou não, baseadas na rejeição de suposições com que ele argumenta. Nosso exame deve ajudar a estabelecer critérios pelos quais julgar a validade de tais críticas. Em cada caso, as três perguntas seguintes deveriam ser formuladas sobre as suposições simplificadoras (ou abstrações) que dão origem à crítica: 1) Estão formuladas com a devida consideração do problema sob investigação? 2) Eliminam os elementos não-essenciais do problema? 3) Deixam de eliminar os elementos essenciais? Se todas as três forem respondidas afirmativamente, podemos dizer que o princípio da abstração adequada foi observado. Esse princípio é de grande ajuda na comprovação da relevância e validade de um considerável número de críticas a Marx.

2. *Caráter Histórico do Pensamento de Marx*

O método de Marx, diz Lukacs, "é, em sua mais íntima essência, histórico".¹⁷ Isso é sem dúvida certo, e qualquer exame do problema que deixe de acentuar tal aspecto pode ser considerado satisfatório.¹⁸

¹⁶ *O Capital*, ed. cit., vol. II, Prefácio do Organizador, p. 7.

¹⁷ *Op. cit.*, p. 7.

¹⁸ Uma das melhores análises desse aspecto do pensamento de Marx, bem como de todos os problemas tratados neste capítulo, encontra-se em Karl Korsch, *Karl Marx*, Chapman & Hall Ltd., Londres, 1938.

Para Marx, a realidade social não é tanto um conjunto específico de relações e ainda menos um conglomerado de coisas. É antes o processo de transformação inerente a um determinado conjunto de relações. Em outras palavras, a realidade social é o processo histórico, processo que, em princípio, não conhece finalidade nem pontos de parada.¹⁹ Os sistemas sociais, como as pessoas, atravessam um ciclo de vida e desaparecem de cena quando "de formas de desenvolvimento das forças da produção" eles se "transformam em suas cadeias". O processo de transformação social, porém, não é puramente mecânico, e sim antes produto da atividade humana, mas atividade limitada pelo gênero de sociedade onde tem suas raízes. "Os homens fazem sua própria história, mas não como melhor lhes parece; não a fazem em circunstâncias por eles mesmos escolhidas, mas em circunstâncias encontradas, dadas e transmitidas pelo passado",²⁰ escreveu Marx. A sociedade tanto se modifica como, dentro de certos limites, pode ser modificada. A aceitação coerente dessa posição leva a uma coerente interpretação histórica da Ciência Social. Além do mais — e trata-se apenas de outro aspecto da mesma coisa — leva à abordagem crítica de qualquer forma de sociedade, inclusive a presente. A importância desse ponto não pode ser exagerada. O pensamento não-marxista pode, caracteristicamente, compreender o caráter transitório de todas as ordens sociais anteriores, ao passo que a mesma faculdade crítica falha quando se trata do próprio sistema capitalista. Isso acontece, sem dúvida, a todas as épocas históricas, até certo ponto. Como mais adiante veremos, porém, há razões especiais para que aconteça de forma particularmente extremada em nossa própria época. Para o pensador moderno típico, como disse Marx, "houve história, mas já não há".²¹ A observação de Lukacs sobre isso é notável:

Essa essência não-histórica e anti-histórica do pensamento burguês surge em sua forma mais evidente quando consideramos o *problema do presente como um problema histórico*.... A incapacidade completa de todos os pensadores e historiadores burgueses de compreender os acontecimentos his-

¹⁹ "Há um contínuo movimento de crescimento das forças produtivas, de destruição das relações sociais, de formação de novas ideias; a única coisa imutável é a abstração do movimento *more immortalis*." MARX, *A Pobreza da Filosofia*. Citado pela edição da International Publishers Inc., Nova York, sem data, p. 93.

²⁰ *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Citado da edição da International Publishers Inc., Nova York, sem data, p. 13.

²¹ *A Pobreza da Filosofia*, ed. citada, p. 102.

tóricos mundiais do presente, como história mundial, deve permanecer como uma lembrança desagradável a todas as pessoas sensatas, desde a guerra mundial e a revolução mundial.²²

Nada do que ocorreu desde 1922 poderia levar-nos a alterar esse julgamento, antes pelo contrário. Os marxistas, por outro lado, interpretam de forma coerente os acontecimentos contemporâneos num contexto histórico mundial. A diferença não é, evidentemente, uma questão de inteligência, mas de método e interpretação.

Muita gente considera o capitalismo como algo perene, tal como o sistema solar. Pensa no desaparecimento desse sistema — com o que freqüentemente concorda, hoje em dia — como pensa no resfriamento final do Sol, ou seja, negando sua relevância para os acontecimentos contemporâneos. Desse ponto de vista, podemos compreender e criticar o que ocorre dentro da moldura do sistema: não será possível compreender ou avaliá-lo o que ocorre ao próprio sistema. Este último fato toma freqüentemente a forma de uma simples negativa de que se possa falar com sentido sobre os sistemas sociais. Os grandes acontecimentos históricos, porém, geralmente estão ligados a um sistema social como um todo. O resultado é que para o espírito moderno típico assumem um caráter catastrófico, com tudo o que isso representa na forma de choque emocional e confusão intelectual.

Para o marxista, o caráter histórico específico (isto é, transitório) do capitalismo é uma premissa maior. Por isso ele pode, por assim dizer, ficar fora do sistema e criticá-lo em seu conjunto. Além do mais, como a ação humana é em si responsável pelas modificações que o sistema está sofrendo e sofrerá, uma atitude crítica não só é intelectualmente possível, mas também moralmente significativa — como, por exemplo, uma atitude crítica em relação ao sistema solar, quaisquer que fossem as suas deficiências, não poderia ser — e de importância prática.

CAPÍTULO II

O Problema do Valor Qualitativo

1. Introdução

O PRIMEIRO CAPÍTULO de *O Capital* é denominado "Mercadorias". Já dissemos que mercadoria é tudo o que se produz para troca, e não para uso do produtor. O estudo das mercadorias é, portanto, o estudo das relações econômicas de troca. Marx começa analisando uma "produção de mercadorias simples", ou seja, uma sociedade na qual cada produtor é dono de seus próprios meios de produção e satisfaz suas múltiplas necessidades pela troca com outros produtores em situação semelhante. Temos aqui o problema da troca em sua forma mais clara e mais elementar.

Partindo da produção de mercadorias simples, Marx seguiu uma tradição da teoria econômica, mas isso não deve obscurecer a diferença aguda que separava sua análise da análise da escola clássica. No caso de Adam Smith, por exemplo, a troca está ligada, da forma mais íntima possível, ao principal fato tecnológico da vida econômica, ou seja, a divisão do trabalho. Segundo Smith, essa divisão é a base de todo aumento de produtividade; é mesmo a base da economia humana, o que distingue esta da vida dos animais. Mas Smith é incapaz de conceber a divisão do trabalho independentemente da troca; esta é, de fato, anterior e responsável pela divisão do trabalho. O seguinte trecho resume a teoria de Smith sobre a relação entre a divisão do trabalho e a troca:

²² *Op. cit.*, p. 173.

Essa divisão do trabalho, de onde derivam tantas vantagens, não é efeito de qualquer sabedoria humana, que preveja e pretenda a opulência geral, a que dá ensejo. É a necessária, embora muito lenta e gradual, consequência de certa propensão da natureza humana e que não tem em vista uma utilidade tão ampla — a propensão de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra.²³

Essa “propensão de barganhar, permutar e trocar” é, além do mais, peculiar aos seres humanos: “Ningém jamais viu um cão fazer a troca justa e deliberada de um osso por outro, com algum outro cão”.²⁴ A troca e a divisão do trabalho estão, dessa forma, indissoluvelmente ligadas e constituem os pilares que sustentam a sociedade civilizada. As consequências dessa posição são claras: a produção de mercadorias, enraizada na natureza humana, é a forma universal e inevitável de vida econômica; a Ciência Econômica é a ciência da produção de mercadorias. Desse ponto de vista os problemas da Economia têm um caráter exclusivamente quantitativo: comecem com o valor de troca, a relação quantitativa básica entre mercadorias, estabelecida através do processo de troca.

Volando agora a Marx, veremos logo de início a diferença de interpretação que distingue sua Economia Política da formulada por Adam Smith. Marx não nega a existência de uma relação entre a produção de mercadorias e a divisão do trabalho, mas não a considera, absolutamente, como uma ligação íntima e rápida que Smith quer. A diferença de opiniões se evidencia claramente no trecho seguinte:

Essa divisão do trabalho é uma condição necessária para a produção de mercadorias, mas não se segue daí reciprocamente que a produção de mercadorias seja uma condição necessária para a divisão do trabalho. Nas comunidades nativas primitivas há uma divisão social do trabalho, sem produção de mercadorias. Ou, tomando um exemplo mais próximo, em toda fábrica o trabalho é dividido segundo um sistema, mas essa divisão não é provocada pela troca mútua, entre os operários, de sua produção individual. Os produtos só se podem transformar em mercadorias, uns em relação aos outros, quando obtidos de diferentes gêneros de trabalho, cada gênero realizado independentemente e por conta de diferentes pessoas.²⁵

²³ SMITH, Adam, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 2 vols., organizados por Edwin Cannan, Methuen & Co., Ltd., Londres, 1930, vol. I, p. 15.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *O Capital*, ed. cit., vol. I, p. 49. O grifo é nosso.

A divisão do trabalho não perde nada da importância que lhe atribui Smith, mas nega-se enfaticamente que esteja necessariamente ligada à troca. A produção de mercadorias, em outras palavras, não é a forma universal e inevitável de vida econômica. E apenas uma forma possível de vida econômica, conhecida durante muitos séculos e que domina o período moderno, mas que nem por isso deixa de ser uma forma historicamente condicionada que não pode, em nenhum sentido, pretender ser uma manifestação direta da natureza humana. As consequências dessa opinião são notáveis. A produção de mercadorias em si é retirada do reino dos fenômenos naturais e se torna o objeto válido da investigação sócio-histórica. O economista já não pode limitar sua atenção às relações quantitativas provocadas pela produção de mercadorias — deve também dirigir sua atenção para o caráter das relações sociais que sublinha a forma da mercadoria. Podemos expressar isso dizendo que a tarefa da Economia não é apenas quantitativa, mas também qualitativa. Mais concretamente, no caso do valor de troca há, como percebeu Adam Smith, a relação quantitativa entre os produtos; por trás disso, como Marx foi o primeiro a ver, há uma relação específica, historicamente condicionada, entre produtores. Segundo Pety, podemos chamar à análise da primeira o *problema do valor quantitativo*, e à análise da segunda, o *problema do valor qualitativo*.²⁶

A grande originalidade da teoria do valor de Marx está no reconhecimento desses dois elementos do problema e na tentativa de tratá-los simultaneamente dentro de uma moldura conceptual única. As mesmas considerações, porém, explicam em margem não pequena a grande dificuldade de compreender a teoria, experimentada quase que invariavelmente pelos que se formaram na tradição principal do pensamento econômico. Por esse motivo, parece aconselhável separar a teoria do valor marxista em suas duas partes componentes, e examinar uma de cada vez. Conseqüentemente, neste capítulo trataremos do problema do valor qualitativo, deixando o problema quantitativo, mais conhecido, para o próximo capítulo.

²⁶ PETRY, Franz, *Der Soziale Content der Marxschen Werttheorie*, G. Fischer, Jena, 1916. Esse pequeno livro, o único publicado pelo autor, morto na I Guerra Mundial com 26 anos, merece muito mais atenção do que recebeu. Distinção semelhante é feita na excelente nota sobre a teoria do valor, de Alfred Lowy, “Mr. Dobb and Marx’s Theory of Value”, em *Modern Quarterly*, vol. I, n.º 3, Londres, 1936, pp. 285-90.

2. Valor de Uso

"Toda mercadoria tem um aspecto duplo, o do valor de uso e o do valor de troca", escreveu Marx.²⁷

Nada há de excepcional no fato de possuir uma mercadoria o valor de uso. Tudo o que a humanidade consumiu, em qualquer época e em qualquer forma de sociedade, possui igualmente um valor de uso. A expressão "valor de uso" denota certa relação entre o consumidor e o objeto consumido. A Economia Política, por outro lado, é uma Ciência Social das relações entre pessoas. Segue-se que "o valor de uso como tal está fora da esfera de investigação da Economia Política".²⁸

Marx excluiu o valor de uso (ou, como é atualmente chamado, a "utilidade") do campo de investigação da Economia Política sob a alegação de que não representa diretamente uma relação social. Impõe ele a rigorosa condição de que as categorias da Economia devem ser categorias sociais, ou seja, categorias que representam relações entre pessoas. É importante compreender que isso contrasta agudamente com a atitude da moderna teoria econômica. Como já assinalamos, Lionel Robbins diz — e com isso está simplesmente formulando uma prática de todas as escolas não-marxistas —: "Consideramos [o sistema econômico] como uma série de relações interdependentes, mas conceptualmente distintas *entre homems e bens econômicos*".²⁹ Desse ponto de partida segue-se naturalmente que o valor de uso, ou utilidade, ocupa uma posição central entre as categorias da Economia. Mas não devemos esquecer, em qualquer comparação da Economia marxista com a ortodoxa, que seus respectivos pontos de partida são, quanto a isso, diametralmente opostos. Nem se deve acusar Marx de ter deixado de desenvolver uma teoria do valor subjetivo, pois que ele consciente e deliberadamente evitou qualquer tentativa nesse sentido.³⁰

Isso não quer dizer que o valor de uso não tenha papel a desempenhar na Economia. Pelo contrário, tal como a terra,

²⁷ *Critica*, ed. cit., p. 19.

²⁸ *Ibid.*, p. 21.

²⁹ Robbins, Lionel, *The Nature and Significance of Economic Science*, p. 69. O grifo é nosso.

³⁰ A melhor crítica da teoria do valor subjetivo do ponto de vista marxista, e que é ao mesmo tempo uma valiosa contribuição para a compreensão da teoria do valor de Marx, é a de Rudolf HIRZKUNIG, *Böhm-Bawerk's Marx-Kritik*, Verlag der Wiener Volksbuchhandlung Ignaz Brand, Vienna, 1904.

embora não constitua uma categoria econômica em si, é essencial para a produção, de forma que se torna um pré-requisito do consumo, e como Petyu acertadamente observa, o valor de uso não é, em nenhum sentido, excluído por Marx da cadeia causal dos fenômenos econômicos.

3. Valor de Troca

Possuindo valor de troca relativo entre si, as mercadorias evidenciam sua característica ímpar. É somente como mercadoria, numa sociedade onde a troca seja um método regular de realizar a finalidade da produção social, que os produtos têm valor de troca. À primeira vista pode parecer que, ainda menos que no valor de uso, esse valor nada tenha de relação social. O valor de troca parece ser uma relação quantitativa entre coisas, entre as próprias mercadorias. Em que sentido, portanto, pode ser concebido como uma relação social, e daí um objeto adequado da investigação do economista? A resposta de Marx a essa pergunta é a chave de sua teoria do valor. A relação quantitativa entre as coisas, a que damos o nome de valor de troca, é na realidade apenas uma forma externa de relação social entre os donos da mercadoria ou, o que vem a ser a mesma coisa numa produção de mercadorias simples, entre os produtores. A relação de troca como tal, à parte qualquer consideração das quantidades envolvidas, é uma expressão do fato de que os produtores individuais, cada qual trabalhando isoladamente, estão na realidade trabalhando um para o outro. Seu trabalho, não importa o que sobre isso pensem, tem um caráter social que se reflete pelo ato de troca. Em outras palavras, a troca de mercadorias é uma troca dos produtos do trabalho de agentes individuais. O que encontra expressão na forma de valor de troca é portanto o fato de que as mercadorias em questão são produtos do trabalho humano numa sociedade baseada na divisão do trabalho, e na qual os produtores agem particularmente e independentemente.

Rigorosamente falando, o conceito de valor de troca se aplica "apenas quando as mercadorias existem no plural",³¹ pois expressa

³¹ Marx, "Randglossen zu Adolph Wagner's 'Lehrbuch der Politischen Ökonomie'", Apêndice a *Das Kapital*, edição do Instituto Marx-Engels-Lênin, Ring-Verlag A. G., Zurique, 1934, vol. I, p. 853. Trata-se do último trabalho de Marx sobre Economia, extraído de um livro de notas datado de 1881/2. Ele morreu em 1883.

uma relação *entre* mercadorias. Qualquer mercadoria isolada, porém, possui a qualidade social que se manifesta quantitativamente no valor de troca. A mercadoria, enquanto centralizamos nossa atenção nessa qualidade social, é por Marx denominada simplesmente de "valor". No fim do capítulo I de *O Capital*, diz ele: "Quando, no princípio deste capítulo, dissemos, em linguagem comum, que uma mercadoria é tanto o valor de uso como o valor de troca, estávamos, rigorosamente falando, errados. A mercadoria é o valor de uso, ou objeto de utilidade, e o valor".³²

Como um valor de uso, a mercadoria é uma característica universal da existência humana, presente a todas as formas de sociedade. Como valor, a mercadoria é característica de uma forma histórica específica da sociedade, que tem duas feições identificadoras principais: 1) a divisão do trabalho e 2) a produção particular. Em tal ordem — e em nenhuma outra — o trabalho dos produtores resulta em mercadorias ou, deixando de lado o aspecto universal de mercadorias (utilidade), em valores.

É essencial compreender que essa análise das características sociais da produção de mercadorias, e não um preconceito arbitrário ou um princípio ético, é que levou Marx a identificar o trabalho como a substância do valor.³³ Examinemos mais de perto esse aspecto.

4. Trabalho e Valor

A exigência de que todas as categorias econômicas representem relações sociais levou Marx diretamente ao trabalho como o "valor oculto"³⁴ no valor de troca. "Somente uma propriedade da mercadoria nos permite supor que ela seja portadora e expressão de relações sociais, e essa propriedade é o *produto do trabalho*, pois como tal já não a consideramos do ponto de vista

³² *O Capital*, ed. cit. (Kerr), vol. I, p. 70.

³³ Nas notas sobre Wagner citadas acima, Marx descreveu seu procedimento, em parte, da seguinte forma: "O ponto de onde parti é a forma social mais simples, na qual o produto do trabalho é encontrado na sociedade presente, ou seja, a 'mercadoria'. Análise-a primeiramente na forma em que aparece. Verifico então que de um lado, em sua forma natural, é uma coisa útil, aliás um valor de uso; por outro lado, é portadora de um valor de troca. Melhor análise deste último mostra-me que o valor de troca é apenas uma 'forma fenomenal', um método independente de dispor o valor contido na mercadoria, e então procedo à análise deste último..." *O Capital*, ed. Marx-Engels-Lenin, vol. I, p. 847r.

³⁴ *O Capital*, ed. cit., vol. I, p. 55.

do consumo, mas do ponto de vista da produção, como atividade humana materializada...", como disse Pety. Em que sentido, então, estamos usando o conceito de "trabalho"?

O trabalho tem também dois aspectos, um correspondente ao valor de uso e outro ao valor da mercadoria que ele produz. A mercadoria como um valor de uso corresponde o trabalho como trabalho útil.

O paletó tem um valor de uso que satisfaz a uma necessidade particular. Sua existência é resultado de uma determinada sorte de atividade produtiva, cuja natureza é determinada pela sua finalidade, modo de operação, objeto, meios e resultados. O trabalho, cuja utilidade é assim representada pelo valor de uso de seu produto, ou que se manifesta tornando seu produto um valor de uso, chamamos de trabalho útil.³⁵

Assim, a costura cria o paletó, a fiação cria o fio, a tecelagem cria o pano, a carpintaria cria a mesa, etc. São todas variedades diferentes de trabalho útil. Mas seria incorreto supor que o trabalho útil seja a única fonte de valor de uso. A Natureza coopera tanto ativa como passivamente no processo de produzir valor de uso. "Como diz William Petty, o trabalho é seu pai e a terra sua mãe."³⁶

Se, agora, abstrairmos o valor de uso da mercadoria, ela existe simplesmente como valor. Procedendo de forma semelhante e abstraindo o caráter útil do trabalho, que nos resta então?

A atividade produtiva, se afastamos de vista sua forma especial, ou seja, o caráter útil do trabalho, passa a ser apenas a aplicação da capacidade humana de trabalho. A costura e a tecelagem, embora atividades produtivas qualitativamente diferentes, representam cada qual um emprego produtivo de cérebro, nervos e músculos humanos, e, nesse sentido, de trabalho humano. É certo que essa capacidade de trabalho que permanece a mesma sob todas as suas modificações deve ter atingido certa fase de desenvolvimento antes que se possa expandir numa multiplicidade de modos. Mas o valor da mercadoria representa o trabalho humano abstratamente, o emprego de trabalho humano em geral.³⁷

Assim, o que o valor de uso é para o valor no caso da mercadoria, o trabalho útil é para o trabalho abstrato no caso da

³⁵ *Ibid.*, p. 48.

³⁶ *Ibid.*, p. 50.

³⁷ *Ibid.*, p. 51.

atividade produtiva. Quando Marx diz que o trabalho é a substância do valor, quer sempre dizer, portanto, trabalho considerado como trabalho abstrato. Podemos resumir a relação qualitativa do valor e trabalho com a seguinte exposição:

De um lado, todo trabalho é, fisiologicamente falando, um emprego de capacidade humana de trabalho, e em seu caráter de trabalho humano abstrato idêntico, cria e forma os valores das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é um emprego de capacidade humana de trabalho numa forma especial e com uma finalidade definida, e nisso, nesse caráter de trabalho concreto útil, produz valores de uso.³⁸

5. Trabalho Abstrato

O trabalho abstrato, representado no valor das mercadorias, é um conceito que ocupa importante lugar no pensamento de Marx. Devemos admitir, porém, que não se trata de um conceito de fácil compreensão, e por isso parece-nos prudente examinar mais detalhadamente o assunto.

É convenientemente afastar, desde logo, qualquer mal-entendido de caráter puramente verbal. Para muitos, a expressão "trabalho abstrato" sugere algo um tanto misterioso, talvez não pouco metafísico e irreal. Como deve ter ficado claro na última seção, porém, Marx não pretendia nada de semelhante. O trabalho abstrato só é abstrato no sentido perfeitamente direto de que todas as características especiais que distinguem uma forma de trabalho da outra são ignoradas. O trabalho abstrato, em suma, é, como a própria utilização da expressão por Marx atesta claramente, equivalente a "trabalho em geral". Trata-se daquilo que é comum a toda atividade humana produtiva.

Marx não se julgava o primeiro a introduzir a idéia do trabalho em geral na Economia Política. Falando por exemplo de Benjamin Franklin, a quem considerava como "um dos primeiros economistas, depois de Wm. Petty, que viu através da natureza do valor", tinha ainda o seguinte a dizer:

Franklin ignora que calculando o valor de tudo no trabalho faz abstração de qualquer diferença nos gêneros de trabalho trocados, e assim reduz

todos a um trabalho humano igual. Mas embora ignorando isso, mesmo assim ele o diz. Fala primeiro de "um trabalho", em seguida de "outro trabalho", e finalmente de "trabalho", sem qualquer qualificação, como a substância do valor de tudo.³⁹

A respeito de outra coisa, assinala que "foi um progresso tremendo de Adam Smith pôr de lado todas as limitações que marcam a atividade produtora de riqueza, e defini-la como o trabalho em geral, nem industrial, nem comercial, nem agrícola, mas todos ao mesmo tempo".⁴⁰ Ricardo, como Marx bem sabia, adotou o mesmo ponto de vista e o seguiu com maior coerência do que Smith. Disso, como em muitos outros casos, Marx partiu de uma idéia básica da escola clássica, deu-lhe expressão precisa e explícita, desenvolveu-a, e a utilizou na análise das relações sociais, com seu modo original e penetrante.

É importante compreender que a redução de todo trabalho a um denominador comum, de forma que unidades do trabalho possam ser comparadas e substituídas entre si, acrescentadas e subtraídas, e finalmente totalizadas na forma de um agregado social, não é uma abstração arbitrária, ditada de alguma forma pelo capricho do pesquisador. É antes, como acertadamente observa Lukács, uma abstração "que pertence à essência do capitalismo". Examinemos esse aspecto mais detalhadamente.

A sociedade capitalista se caracteriza por uma margem de mobilidade de trabalho muito maior do que predominava em qualquer forma anterior de sociedade. Não só os trabalhadores trocam de empregos com relativa freqüência como também a corrente de novos trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho passa rapidamente de ocupações descendentes para ocupações ascendentes. Como disse Marx, "vemos imediatamente que, em nossa sociedade capitalista, uma determinada porção do trabalho humano é, segundo a oscilação da procura, fornecida na forma de costura em determinada época, na forma de tecelagem, em outra. Essa modificação possivelmente não ocorre sem atrito, mas de qualquer forma tem de ocorrer".⁴¹ Nessas circunstâncias, os vários gêneros específicos de trabalho em existência em qualquer momento e as quantidades relativas de cada um

³⁸ *Ibid.*, p. 59 n.

³⁹ "Introdução à Crítica da Economia Política", *Crítica*, ed. cit., p. 298.

⁴¹ *O Capital*, ed. cit., vol. I, p. 51.

deles tornam-se questões de importância secundária em qualquer visão geral do sistema econômico. Muito mais significativo é o volume total de força de trabalho social e seu nível geral de desenvolvimento. Deles depende a potencialidade produtiva da sociedade, manifeste-se na produção de bens de consumo ou implementos de guerra. É uma conclusão que encontra aceitação universal no mundo moderno, sendo oriunda de fatos tão comuns da experiência que ninguém pensaria em negá-los. É importante observar, porém, que ao chegar a tal conclusão somos obrigados a fazer abstração das diferenças entre formas específicas de trabalho, abstração inevitavelmente implícita na noção mesma de uma força de trabalho total, à disposição da sociedade. Temos a inclinação de esquecer ou passar por cima disso apenas porque as diferenças são *praticamente* de importância secundária.

No curso de uma discussão metodológica, Marx acentua esse ponto nos seguintes termos:

...Essa abstração do trabalho é apenas o resultado de uma reunião concreta de diferentes gêneros de trabalho. A indiferença para com o gênero de trabalho corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos facilmente passam de um gênero de trabalho para outro, o que torna sem importância para eles qual a forma particular de trabalho que lhes pode caber. O trabalho torna-se então, não só categoricamente, mas realmente, um meio de criar riqueza em geral, ao invés de crescer juntamente com o indivíduo para uma finalidade específica. Esse estado de coisas teve seu desenvolvimento máximo na mais moderna das sociedades burguesas, os Estados Unidos. Somente ali a abstração da categoria "trabalho", "trabalho em geral", trabalho *sans phrase*, o ponto de partida da moderna Economia Política, torna-se realizada na prática.⁴²

Resumindo, podemos dizer que a redução de todo trabalho ao trabalho abstrato nos permite ver claramente, por trás das formas especiais que ele pode assumir em determinado tempo, uma força de trabalho social que é capaz de transcender de um uso para outro, de acordo com a necessidade social, e da qual depende, em última análise, a capacidade produtiva de riqueza da sociedade. A adoção desse ponto de vista, além do mais, é condicionada pela natureza mesma da produção capitalista que provoca um grau de mobilidade do trabalho jamais atingido em anteriores formas da sociedade.

⁴² *Crítica*, ed. cit., p. 299.

6. Relação entre Quantitativo e Qualitativo na Teoria do Valor

Estamos agora em condições de ver precisamente o que está implícito na tese de que o trabalho abstrato é a substância do valor. A mercadoria parece à primeira vista ser apenas um artigo útil produzido por um trabalhador especial, trabalhando particularmente e isolado do resto da sociedade. Isso é correto até certo ponto, mas as investigações revelam que a mercadoria em questão tem em comum com todas as outras mercadorias (isto é, são todas valores) o fato de absorver parte da força total disponível da sociedade (isto é, são todas trabalho abstrato materializado). É essa característica (que pressupõe um valor de uso e se manifesta no valor de troca) que faz da "mercadoria" o ponto de partida e a categoria central da Economia Política do período moderno.

Chegamos a essas conclusões através de uma análise puramente qualitativa, e pode parecer que elas tenham pouca relação com o problema quantitativo. Isso, porém, não ocorre. A verdade é que a significação básica bem como as principais tarefas da teoria do valor quantitativo são determinadas pela análise qualitativa. Indicaremos aqui apenas as razões disso, deixando o tratamento mais detalhado do assunto para o próximo capítulo.

Do ponto de vista formal, parece que a teoria do valor quantitativo se ocupa apenas com a descoberta das leis que regem as proporções relativas em que as mercadorias se permutam entre si. Na verdade, é assim que a teoria ortodoxa considera o assunto; simplesmente como uma questão de valor de troca.⁴³ Mas para Marx, como já sabemos, o valor de troca é apenas a "forma fenomenal" por trás da qual se oculta o próprio valor. Surge portanto a pergunta: qual, além da mera determinação das razões de troca, é o problema do valor quantitativo? A análise apresentada acima nos proporciona a resposta.

⁴³ Cf., por exemplo, a seguinte afirmação feita por Joan Robinson na Introdução de seu livro, *The Economics of Imperfect Competition*: "O principal tema deste livro é a análise do valor. Não é fácil explicar o que é isso... A questão pode ser expressa da seguinte forma: Vemos dois homens, um dos quais dá uma fruta ao outro, e recebe dele uma moeda. Perguntamos então: 'Por que essa fruta custa uma moeda, e não qualquer outra soma?'" (p. 6).

O fato de que uma mercadoria seja um valor significa que é o trabalho materializado abstrato ou, em outras palavras, que absorveu parte da atividade total produtora de riqueza da sociedade. Se refletimos que o trabalho abstrato pode ser medido em termos de unidade de tempo, o significado do valor como uma categoria quantitativa, distinta do valor de troca, se torna aparente. Como disse Marx, "A grandeza do valor expressa... a ligação que existe entre um certo artigo e a porção do tempo de trabalho total da sociedade necessário à sua produção."⁴⁴

A principal tarefa da teoria do valor quantitativo nasce dessa definição do valor como uma grandeza. É nada mais nem menos que a investigação das leis que governam a distribuição da força de trabalho entre as diferentes esferas da produção numa sociedade de produtores de mercadorias. A forma pela qual Marx realizou essa tarefa será examinada no capítulo seguinte.

Antes de voltarmos a outras conseqüências da análise qualitativa de Marx, é conveniente observar que os dois conceitos, "trabalho socialmente necessário" e "trabalho simples", que têm estado na linha de frente de quase todos os ataques à Economia de Marx, pertencem ambos ao aspecto quantitativo da teoria do valor e portanto serão examinados subsequentemente. Que os críticos de Marx tenham concentrado sua atenção nesse aspecto da teoria, e apenas unilateralmente, não é acidental. Sua atitude para com o problema do valor despertou neles a preocupação para com as razões da troca e a indiferença pelo caráter das relações sociais ocultas sob sua superfície. Daí as extensas críticas sobre o trabalho socialmente necessário, mas nem uma palavra sobre o trabalho abstrato.

7. O Caráter de Fetichismo das Mercadorias

Nossa análise das mercadorias nos levou a ver no valor de troca uma relação entre produtos, dentro de um sistema definido de divisão do trabalho, e no trabalho particular do indivíduo uma parte componente da força de trabalho total da sociedade. Em outras palavras, fomos além da superfície das formas de organi-

⁴⁴ *O Capital*, ed. cit., vol. I, p. 114.

zação social para descobrir a substância das relações sociais. O fato de que isso tenha sido possível, entretanto, não constitui indicação de que as formas sejam sem importância. Pelo contrário, são da maior importância. A realidade é percebida em termos de forma. Quando, como ocorre nesse caso, há uma brecha entre a forma e a substância, que só pode ser ultrapassada pela análise crítica, a compreensão nos prega peças estranhas. O erro e a fantasia são prontamente aceitos como um bom-senso evidente, e chegam a constituir a base de supostas explicações científicas. A incapacidade de compreender e a falsa consciência se infiltram, em maior ou menor proporção, na estrutura do pensamento. Esse princípio se aplica com força peculiar às mercadorias e à sua produção. O pensamento a que essa forma de organização social dá origem freqüentemente tem apenas uma relação remota e deformada com as verdadeiras relações sociais que são a sua essência. Em sua doutrina do Fetichismo das Mercadorias, Marx foi o primeiro a perceber esse fato e a compreender sua importância decisiva para a ideologia do período moderno.

Na produção de mercadorias, a relação básica entre os homens "assume, a seus olhos, a forma fantástica de uma relação entre coisas".⁴⁵ Essa transferência das relações sociais para as coisas é o centro e a essência da doutrina do fetichismo de Marx.

Nas regiões neoventas do mundo religioso... as produções do cérebro humano parecem seres independentes dotados de vida, e entram em relações entre si e com a raça humana. O mesmo ocorre, no mundo das mercadorias, com os produtos da mão humana. A isso chamo de Fetichismo que se liga aos produtos do trabalho, tão logo sejam produzidos como mercadorias, e que por isso é inseparável da produção destas.

Esse caráter fetichico da mercadoria tem sua origem... no caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias.

Em geral, os artigos de utilidade só se tornam mercadorias porque são produtos de indivíduos isolados ou grupos de indivíduos que realizam seu trabalho independentemente. A soma total do trabalho de todos esses indivíduos forma o trabalho total da sociedade. Como os produtores não entram em contato uns com os outros, o caráter social específico do trabalho de cada um deles não se mostra senão no ato de troca. Em outras palavras, o trabalho do indivíduo só se afirma como parte do trabalho da sociedade através das relações que o ato de troca estabelece diretamente entre os

⁴⁵ *O Capital*, ed. cit., I, p. 83. "Fantástica" tem aqui seu verdadeiro sentido etimológico.

produtos e indiretamente, por meio deles, entre os produtores. Para estes últimos, portanto, as relações sociais entre o trabalho dos indivíduos particulares surgem como são, isto é, não como relações sociais diretas de pessoas em seu trabalho, mas como relações materiais de pessoas e relações sociais de coisas.⁴⁶

Em períodos anteriores da história, quando as relações de produção tinham um caráter pessoal direto, essa transferência das relações sociais para as coisas era evidentemente impossível. Mesmo nas fases primitivas da produção de mercadorias "essa mistificação é muito simples",⁴⁷ e portanto facilmente perceptível. Na verdade, somente quando a produção de mercadorias se torna altamente desenvolvida e generalizada, a ponto de dominar a vida da sociedade, o fenômeno da "reificação" * das relações sociais adquire importância decisiva. Isso ocorre em condições de capitalismo relativamente avançadas, como as surgidas na Europa ocidental durante os séculos XVII e XVIII.⁴⁸ Nesse caso, a impessoalização das relações de produção é levada ao auge de desenvolvimento. O produtor individual só trata com os outros homens através do "mercado", onde preços e quantidades vendidas constituem as realidades substanciais e os seres humanos meramente seus instrumentos. "Essas quantidades variam continuamente, independentemente da vontade, previsão ou ação dos produtos. Para eles, seu próprio movimento social toma a forma do movimento das coisas que governam os produtores, ao invés de serem por eles governadas."⁴⁹ Trata-se, na realidade, de "uma fase da sociedade na qual o processo de produção passou a dominar o homem, ao invés de ser por ele controlado",⁵⁰ e no qual, portanto, o verdadeiro caráter das relações entre os próprios produtores é deformado e obscurecido.

Quando o mundo das mercadorias atingiu, por assim dizer, sua independência e sujeitou os produtores às suas oscilações,

⁴⁶ *Ibid.*, pp. 83-4.

⁴⁷ *Crítica*, ed. cit., p. 31. Também *O Capital*, I, pp. 94-5.

⁴⁸ Adaptação da palavra "reification", criada sobre a raiz latina *res*, coisa, para indicar a transformação em coisa ou objeto. (N. do T.)

⁴⁹ Cf. o exame desse aspecto feito por Lukacs, *op. cit.*, pp. 96-7. Lukacs desenvolveu e aplicou a doutrina do fetichismo como nenhum outro autor marxista.

⁵⁰ *O Capital*, I, p. 86. Essa característica da produção de mercadorias desenvolvida encontra formulação precisa na moderna teoria da competição, onde se supõe que cada produtor trata seus preços todos como dados. Sua função como objeto escuro é ajustar-se às modificações dos preços da melhor forma possível.

⁶⁰ *O Capital*, I, p. 93.

estes passaram a encará-lo mais ou menos como encararam o resto do mundo externo ao qual se têm de adaptar, o mundo da própria Natureza. A ordem social existente se torna, na feliz expressão de Lukacs, "uma segunda Natureza", desligada e oposta a seus membros.

As conseqüências disso na estrutura do pensamento são extensas e profundas. Temos de nos contentar aqui com algumas sugestões que podem servir para ilustrar as possibilidades de interpretação crítica que a doutrina do fetichismo criou.

A aplicação das idéias e métodos da Ciência Natural à sociedade é uma das características mais notáveis do período capitalista. Embora o desenvolvimento das Ciências Naturais fosse certamente responsável em parte, as raízes profundas do fenômeno devem ser procuradas na nova atitude para com a sociedade, provocada pelo florescimento da produção de mercadorias. No campo da Economia Política, os resultados da transição são mais claramente observados nas doutrinas do século XVIII dos fisiocratas na França e da escola clássica na Inglaterra. A *loi naturelle* dos fisiocratas, a "mão invisível" de Adam Smith, sua fé comum na prudência do *laissez-faire* como política econômica, tudo isso atesta uma crença profunda no caráter impessoal e autônomo da ordem econômica. A tendência contra a ação social consciente nos assuntos econômicos, que se acentuou no século XVIII, continuou como aspecto destacado da ideologia capitalista até muito recentemente.⁵¹ Suas raízes específicas nas características da produção de mercadorias, bem como sua ligação com as doutrinas irmãs da lei natural e do automatismo social, são brilhantemente esclarecidas pela teoria do fetichismo de Marx.

A "reificação" das relações sociais exerceu uma profunda influência no pensamento econômico tradicional pelo menos sob dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, as categorias da economia capitalista — valor, renda, salários, lucro, juros, etc. — foram tratadas como categorias inevitáveis da vida econômica em geral. Sistemas econômicos anteriores passaram a ser considerados como versões imperfeitas ou embrionárias do capitalismo

⁵¹ O declínio do *laissez-faire* nas épocas recentes é fundamentalmente atribuível ao crescimento do monopólio e imperialismo, assunto que evidentemente não estamos preparados para examinar a esta altura de nossa exposição. A causa e as implicações do monopólio e imperialismo serão examinadas na Parte IV. O aspecto especificamente ideológico do processo é analisado de forma concisa e profunda por Rudolf HILFERDING, no trecho incluído como Apêndice B deste volume.

moderno e julgados por esse padrão. Pouca atenção é necessária para se verificar que esse procedimento deixa passar despercebidas diferenças significativas entre as formas sociais, estimulando uma taxinomia não-histórica e estéril, e leva a julgamentos errôneos e por vezes ridículos. Assim, os economistas têm denunciado habitualmente as proibições medievais da usura como irracionais e mal-orientadas porque (no capitalismo moderno) o juro tem um papel importante na regulamentação do mecanismo produtivo. Ou, tomando outro exemplo, vemos Keynes valorizar a construção de pirâmides no Egito antigo e de catedrais na Europa medieval, em termos adequados aos programas de obras públicas da Inglaterra do século XX.⁵² Não se pode negar, é certo, que alguns aspectos são comuns a todas as formas de economia social, mas reuni-los num conjunto único de categorias e portanto ignorar suas diferenças específicas é, num sentido muito real, a negação da história. O fato de que os economistas modernos tenham adotado freqüentemente esse curso é a melhor prova de sua subordinação ao fetichismo inerente à produção de mercadorias.

Em segundo lugar, a atribuição de uma capacidade independente às coisas é mais clara na divisão tradicional dos "fatores de produção" em terra, trabalho e capital, cada qual considerado como "produzindo" uma renda para seus donos. Nesse caso, como disse Marx,

temos uma completa mistificação do modo capitalista de produção, a transformação das condições sociais em coisas, a reunião indiscriminada das condições materiais de produção com suas formas históricas e sociais. É um mundo encantado, deformado, às avessas, no qual Monsieur le Capital e Madame la Terre realizam proezas de diuendes como personagens sociais e ao mesmo tempo como simples coisas.⁵³

É certo que na teoria ricardiana do valor e distribuição, a expressão máxima da Economia Política clássica, a base de uma interpretação racional das relações produtivas capitalistas foi lançada. Mas o próprio Ricardo jamais se pôde elevar acima de uma perspectiva estreitamente limitada,⁵⁴ e seus adeptos, alarmados

⁵² KEYNES, J. M., *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Harcourt, Brace & Co., Nova York, 1936, p. 131.

⁵³ *O Capital*, III, p. 966. Toda a parte da "Fórmula Trinitária" em que se encontra esse trecho deve ser lida, para melhor entendimento.

⁵⁴ Marx observou, com exatidão, sobre Ricardo que Os "paralelogramos do Sr. Owen" parecem ser a única forma de sociedade, fora da burguesia, que ele conhecia". *Crítica*, pp. 69-70.

pelo caminho que lhes era aberto, rapidamente se retiraram para o mundo de ilusão, do qual ele lhes havia proporcionado o recurso para sair. A partir de então, somente os críticos da ordem social existente, como Marx, se encarregaram de tomar o pensamento onde Ricardo o deixara, expondo as verdadeiras relações sociais subjacentes às formas de produção de mercadorias. O pouco contato que os pós-ricardianos se permitiram com as relações sociais foi prontamente desfeito pelo aparecimento da teoria do valor subjetivo no terço final do século XIX.⁵⁵

Afastando-nos da Economia Política num sentido limitado, é evidente que a forma de produção das mercadorias constitui o véu mais eficiente do verdadeiro caráter de classe da sociedade capitalista. Em primeiro lugar, todos parecem apenas donos de mercadorias com alguma coisa a vender — tanto os proprietários de terra e capitalistas como os trabalhadores. Como proprietários de mercadorias, estão todos em pé de igualdade; suas relações não são as que se observam entre senhores e servos num regime de domínio pessoal, mas as relações contratuais de seres humanos livres e iguais. Não parece ao trabalhador que a falta de acesso aos meios de produção o força a trabalhar de acordo com as condições impostas pelos que monopolizam tais meios, e que por isso está sendo explorado em benefício de outros, tal qual o servo que era obrigado a trabalhar durante certo número de dias na terra do senhor, em pagamento do privilégio de poder cultivar uma faixa de terra para si. Pelo contrário, o mundo das mercadorias parece um mundo de seres iguais. A capacidade de trabalho do operário é alienada dele e a ele contraposta como qualquer mercadoria é contraposta a seu dono. Ele a vende, e enquanto for pago o verdadeiro valor, todas as condições de uma troca justa e igual estão satisfeitas.

Essa é a aparência. Os que consideram as formas capitalistas como naturais e eternas — e, geralmente falando, entre eles se inclui a maioria dos que vivem sob formas capitalistas — aceitam a aparência como a verdadeira representação das relações sociais. Sobre essa base erguem-se toda a vasta superestrutura dos princípios éticos e legais que servem para justificar a ordem existente e regulamentar a conduta do homem em relação a ela. Somente

⁵⁵ Cf. o excelente ensaio de Maurice Dobb, "The Trend of Modern Economics", no seu livro *Political Economy and Capitalism*, International Publishers, Nova York, 1939.

pela análise crítica da produção de mercadorias, análise que vai além das formas superficiais, até as relações subjacentes de homem para homem, podemos ver claro o caráter historicamente relativo da justiça capitalista e da legalidade capitalista, tal como somente por essa análise podemos ver o caráter histórico do próprio capitalismo. Essa ilustração, embora não possa ser ampliada aqui, mostra que a doutrina do fetichismo tem consequências que transcendem de muito os limites convencionais da Economia e do pensamento econômico.

Se a produção de mercadorias alimentou a ilusão de sua permanência e ocultou o verdadeiro caráter das relações sociais que representa, ao mesmo tempo criou a racionalidade econômica da época moderna, sem a qual o desenvolvimento cabal das forças produtivas da sociedade seria inimaginável. A racionalidade, no sentido de uma adaptação deliberada dos meios aos fins, na esfera econômica, pressupõe um sistema econômico sujeito a certas leis objetivas que não são totalmente instáveis e caprichosas. Dada essa condição, o indivíduo pode planejar seus negócios de forma a atingir o que é, do seu ponto de vista e do ponto de vista dos padrões predominantes, um resultado ótimo.

O fato de que essa condição seja atendida pela produção de mercadorias não significa que o sistema deva ser considerado como um todo planejado ou racional. Pelo contrário, o desenvolvimento da produção de mercadorias sob condições capitalistas mostra, de um lado, uma racionalização intensa de aspectos do processo, e, do outro, uma crescente irracionalidade no comportamento do sistema como um todo. É claro que nos ocupamos aqui de uma das contradições mais amplas da ordem capitalista. Um sistema social que tem ascendência sobre o homem o educa para o controle de seu próprio destino. Ao mesmo tempo, cega-o para os meios de exercer o poder que estão ao seu alcance e orienta suas energias para canais puramente destrutivos. O estudo desse processo demandará nossa atenção nos capítulos finais deste livro. No momento, basta acentuar que a teoria do valor qualitativo com seu corolário na doutrina do fetichismo da mercadoria é o primeiro passo essencial da análise marxista do capitalismo. Quem não compreende isso, pouco compreende do método crítico de Marx.

CAPÍTULO III

O Problema do Valor Quantitativo

I. O Primeiro Passo

EM TODA SOCIEDADE, da mais primitiva à mais avançada, é essencial que o trabalho seja aplicado à produção e que os bens sejam distribuídos entre os membros da sociedade. O que se modifica no curso da história é a forma pela qual essas atividades produtivas e distributivas são organizadas e realizadas. Como Marx disse,

Toda criança sabe que se um país deixasse de trabalhar, não digo por um ano, mas por algumas semanas, morreria. Toda criança sabe também que a massa dos produtos correspondentes às diferentes necessidades requer massas diferentes e quantitativamente determinadas do trabalho total da sociedade. É auto-evidente que essa necessidade de distribuir o trabalho social em proporções definidas não pode ser eliminada pela *forma particular* de produção social, mas que apenas pode modificar a *forma que assume*. As leis naturais não podem ser eliminadas. O que se modifica em circunstâncias históricas diversas é a *forma* pela qual tais leis operam. E a forma pela qual essa divisão proporcional do trabalho opera, num estado da sociedade em que a interconexão do trabalho social se manifesta pela *troca privada* dos produtos individuais do trabalho, é precisamente o *valor de troca* desses produtos.⁹⁰

O valor de troca é portanto um aspecto das leis que governam a distribuição da atividade produtiva numa sociedade que faz mercadorias. Descobrir as consequências dessa forma de produção, em termos de relações sociais e consciência social, foi a

⁹⁰ Carta a Kugelmann, em *Correspondence 1846-55, a Selection with Commentary and Notes*, International Publishers Co., Inc., Nova York, 1936, p. 246.